

Estudo

A DISTINÇÃO KANTIANA ENTRE APARECIMENTO E FENÔMENO¹

OLAVO C. PIMENTA

Universidade Federal de Minas Gerais

olavocp@yahoo.com.br

Resumo: Em sua *Crítica da Razão Pura*, Kant diferencia criteriosamente aparecimento [*Erscheinung*] de fenômeno [*Phaenomenon*]. Esta distinção está presente tanto na primeira edição quanto na segunda. Não seguir com rigor este critério, ou o fazê-lo de maneira inadequada, oculta importantes informações e pode ofuscar elementos fundamentais à compreensão da sua argumentação em etapas decisivas. O presente trabalho busca determinar o que Kant entende por cada um destes termos.

Palavras-chave: Kant, Immanuel. Analítica transcendental. Aparecimento. Fenômeno.

Abstract: In his *Critic of Pure Reason*, Kant judiciously differentiates appearance [*Erscheinung*] from phenomenon [*Phaenomenon*]. This distinction is present in first edition as much as in the second. Don't follow this criterion, or make it in inadequate way, occult important information and may obfuscating fundamental elements for the understanding of his argumentation in decisive stages. The present work searches to determine what Kant understands for each one of these terms.

Key-words: Kant, Immanuel. Transcendental analytic. Appearance. Phenomenon.

É comum encontrar nas edições das obras de Kant em língua portuguesa o vocábulo ‘fenômeno’ como tradução de ‘*Erscheinung*’. Nas duas principais traduções da primeira *Crítica*² atualmente a nosso dispor, a brasileira de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger (Ed. Nova Cultural) e a portuguesa de Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão (Ed. Calouste Gulbenkian), esta ocorrência pode ser notada frequentemente³. Mas é surpreendente que em ambas traduções surjam algumas raras exceções, aparentemente inexplicáveis, a esta regra⁴. Este me pareceu ser um sintoma de que há algum problema oculto cujo esclarecimento pode ser útil. Tento mostrar a seguir que, assim como é fundamental para compreender a argumentação de Kant

¹ Um ensaio deste trabalho foi apresentado no *I Colóquio de História da Filosofia – Bicentenário da Morte de Kant*, na Unesp de Marília - SP em 16/03/2004.

² A seguir esta obra é denominada simplesmente de *CRP*. Como de costume, a paginação da primeira edição, de 1781, é indicada pela letra A e a da segunda, de 1787, por B.

³ Para confrontar a tradução com o texto original da *CRP* foi utilizado o texto alemão editado por Wilhelm Weischedel em Insel-Verlag Wiesbaden, 1956, reproduzido pela Suhrkamp-Taschenbuch Wissenschaft, Frankfurt am Main, 1995.

⁴ Vide p. ex, nota dos tradutores brasileiros em *CRP* B XXVII.

distinguir *o que aparece* (realidade) da *aparência* (ilusão), também é preciso distinguir *aparecimento* de *fenômeno*⁵.

Na *CRP*, onde são investigados as *condições e limites* do uso legítimo da nossa faculdade de conhecimento, Kant afirma que sua *Lógica Transcendental* tem como principal tarefa a solução do problema ‘como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?’. Ele enuncia as diversas etapas que estão envolvidas nesta tarefa:

(...) descobrir, com a universalidade apropriada, o fundamento da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*, penetrar as condições que tornam possível cada espécie, e ordenar todo esse conhecimento (que constitui o seu gênero próximo) num sistema, englobando as suas fontes originais, divisões, extensão e limites, (...)⁶.

As *fontes originais* citadas acima são a faculdade inferior do conhecimento ou faculdade das intuições (sensibilidade), dividida em sentidos (externo e interno) e faculdade de imaginação; e a faculdade superior do conhecimento ou espontaneidade dos conceitos, dividida em entendimento, faculdade de julgar e razão. Kant se ocupa em mostrar as diversas operações que cada uma destas divisões está incumbida de fazer e com isto determina que a *extensão* e os *limites* do nosso conhecimento não pode ir além da experiência possível, isto é:

Portanto, todos os conceitos, e com eles todos os princípios – não obstante eles possam também ser *a priori* – relacionam-se a intuições empíricas, isto é, a dados para a experiência possível. Sem isto não possuem absolutamente nenhuma validade objetiva, mas são um simples jogo, seja da capacidade de imaginação, seja do entendimento, com suas respectivas representações.⁷

Ao concluir a *Estética Transcendental*, Kant apresenta a primeira etapa da solução de seu problema fundamental, mostrando que os juízos sintéticos *a priori* são possíveis na Matemática e na Ciência da Natureza porque aos conceitos do entendimento é possível adicionar referentes sensíveis que sirvam de *exemplos* ou *construtos* a tais conceitos:

Aqui temos uma das partes requeridas para a solução do problema geral da filosofia transcendental: *como são possíveis proposições sintéticas a priori?* - a saber, intuições puras *a priori*, espaço e tempo, nos quais, se no juízo *a priori* quisermos sair do conceito dado, encontramos aquilo que pode ser descoberto *a priori* não no conceito, mas na intuição que lhe corresponde, e ser ligado sinteticamente àquele. Por esta razão, estes juízos jamais alcançam além dos objetos dos sentidos, e só podem valer para objetos de uma experiência possível⁸.

⁵ Embora esteja fazendo aqui uma sugestão crítica que envolve um elemento específico das traduções citadas, tenho consciência da valorosa importância que no seu conjunto elas têm para os estudos de Kant que vicejam em nosso meio. Aproveito para agradecer a gentileza de Valério Rohden em incentivar-me a publicar este trabalho.

⁶ *CRP* A10, n.

⁷ *CRP* A239/B298.

⁸ *CRP* B73.

No caso específico da Ciência da Natureza é preciso ir além dos simples conceitos para relacionar a eles objetos sensíveis compostos tanto das intuições puras como de intuições empíricas. No caso específico da Matemática é preciso relacionar aos conceitos do entendimento objetos construídos *a priori* na intuição pura. Estas representações da sensibilidade ao mesmo tempo realizam e restringem o uso das representações do entendimento⁹.

Já na *Analítica Transcendental*, no capítulo destinado às *proposições fundamentais* do entendimento puro, Kant apresenta de maneira definitiva todas as condições necessárias à solução de seu problema fundamental, ao acrescentar às *condições formais da sensibilidade*, ainda a *tripla síntese da imaginação* (ainda pertencente à sensibilidade) e a *unidade necessária da apercepção* (pertencente ao entendimento), numa passagem que, de acordo com Heidegger “quem quer que entenda esse princípio entende a *Crítica da razão pura* de Kant”¹⁰:

Deste modo são possíveis os juízos sintéticos *a priori*, quando relacionamos as condições formais da intuição *a priori*, a síntese da imaginação e a sua unidade necessária numa apercepção transcendental, a um possível conhecimento da experiência em geral e dizemos: as condições da *possibilidade da experiência* em geral são, ao mesmo tempo, as condições da *possibilidade dos objetos da experiência* e têm, por isso, validade objetiva num juízo sintético *a priori*¹¹.

Não tenho a pretensão de explicar esta passagem que envolve praticamente toda a *CRP*. Ela serve apenas para *situar onde se encontra o problema* que pretendo tratar. Kant considera que nossa mente opera mediante uma estreita colaboração dos dois troncos do conhecimento¹². De início é preciso que a faculdade de conhecimento seja preenchida por uma multiplicidade de dados sensíveis que serão reunidos por meio de um conjunto de operações sucessivas, tanto na *sensibilidade* que sintetiza e esquematiza as intuições empíricas, como no *entendimento* que legisla e unifica os objetos subsumidos a seus conhecimentos, para que a *faculdade do juízo* determine quando dado caso cai ou não sob certas regras. O problema de que trato aqui se encontra nas duas primeiras etapas deste processo de construção do conhecimento quando, sob as operações da sensibilidade e do entendimento, a multiplicidade de dados intuitivos é submetida à síntese, aos esquemas e à unificação sob certas regras.

Um trecho presente na edição portuguesa da Calouste Gulbenkian consolidou meu interesse em posicionar-me sobre uma questão envolvida neste processo. Trata-se da seguinte passagem da primeira edição da *CRP*, suprimida na segunda: “Chamam-se *fenômenos* as *manifesta-*

⁹ *CRP* A147/B187.

¹⁰ Heidegger. *What Is a Thing?*, trad. W. B. Barton e V. Deutsch, South Bend: Regnery/Gayeway, p. 183, 1967. (Cf. Howard Caygill. *Dicionário Kant*, p. 260).

¹¹ *CRP* A158/B197.

¹² Receptividade das impressões (sensibilidade) e espontaneidade dos conceitos (entendimento) (Cf. *CRP* A15/B29).

ções sensíveis na medida em que são pensadas como objetos, segundo a unidade das categorias”¹³

É no mínimo curioso o fato de que a expressão ‘manifestações sensíveis’, que não estava sendo usada até então, surja subitamente, embora parecesse ser precisamente disto que se estava durante todo o tempo tratando. No texto original, pode-se constatar que tal expressão traduzia o termo alemão ‘*Erscheinung*’, justamente o termo que vinha sendo sistematicamente traduzido por ‘fenômeno’. E mais: agora o termo ‘fenômenos’ estava sendo usado para traduzir um outro termo, latino, usado por Kant: ‘*Phaenomena*’!... O pior é que logo a seguir, sem qualquer ressalva, abandona-se esta conduta, voltando a traduzir os indistintamente dois termos por ‘fenômeno’, tanto em relação ao texto da primeira edição da *CRP* como ao da segunda.

Parece-me perfeitamente natural, a menos que prefiramos complicar a simplificar, traduzirmos ‘*Phaenomena*’ por ‘fenômenos’¹⁴. Mas neste caso, é preciso decidir se é ou não adequado traduzir ‘*Erscheinung*’ também por ‘fenômeno’. Para isso, é necessário saber se Kant entende que fenômeno (*Phaenomena*) difere ou não do que ele chama de ‘*Erscheinung*’, pois, se entender, é preciso encontrar um *outro* termo para traduzir este último, caso não queiramos distorcer seu pensamento. Pretendo mostrar que, assim como fez Kant, é preciso usar criteriosamente expressões distintas para estes conceitos que apresentam diferentes significados.

De início, cabe observar que Kant freqüentemente opõe os verbos ‘*erscheinen*’ e ‘*scheinen*’, sendo que aquele se refere às manifestações sensíveis reais, enquanto que este se refere à ilusão, ao engano. Desta maneira, é interessante notar que em nosso léxico temos duas expressões nas quais ocorre algo bastante semelhante: ‘aparecer’ e ‘parecer’. O que *aparece* também se refere às manifestações sensíveis reais, enquanto o que apenas *parece* refere-se à ilusão, ao engano. Desta forma, entendo que é bastante oportuno associarmos ‘*erscheinen*’ a ‘aparecer’ e ‘*scheinen*’ a ‘parecer’, o que *afortunadamente* nos permite reproduzir em nossa língua o mesmo jogo de palavras que Kant freqüentemente utiliza na sua.

Mas há ainda um problema adicional: é preferível denominar o que aparece de ‘aparência’, ‘aparição’ ou ‘aparecimento’?

Ora, a expressão ‘aparência’ apresenta tanto o significado de ‘feição’, ‘aspecto’, como também está diretamente relacionada ao que apenas parece, ao enganoso, ao que não se manifesta de modo autêntico, ao “disfarce ou simulação” (Loparic, 2002, p. 6, n.). Esta ambigüidade de

¹³ *CRP* A248 [grifos meus]. (Edição Calouste Gulbenkian, 1997, p. 265).

¹⁴ É claro que isto depende de que os dois termos não sejam falsos cognatos. E na verdade não são. Em nosso léxico o termo ‘fenômeno’ origina-se do termo latino ‘*phaenomenon*’, e significam *o que aparece de forma verdadeira, não ilusória*. Ambos provêm, direta ou indiretamente, do termo grego ‘*φαινόμενον*’, cujo significado é praticamente o mesmo.

acepções torna-o inadequado para traduzir ‘*Erscheinung*’ (mesmo porque comumente associamos ‘parecer’ ao que é ilusório e, portanto, ao uso que Kant faz do termo alemão ‘*Schein*’).¹⁵

Já o termo ‘aparência’ apresenta um significado que está mais de acordo com que entendemos por aparecer, mas tem uma desvantagem: ele apresenta também o significado de manifestação assombrosa, fantasma (Loparic, 2002, p. 6, n.)¹⁶.

Por outro lado, nenhum desses empecilhos ocorre em relação ao termo ‘aparecimento’, que está associado apenas ao significado de manifestação sensível real, nem ilusória, nem fantasmagórica.

Usando invariavelmente ‘aparecimento’ para traduzir ‘*Erscheinung*’ e ‘fenômeno’ para traduzir ‘*Phaenomenon*’, é fácil observar que a compreensão dos trechos onde tais termos aparecem fica mais rica e precisa, assim como na passagem acima citada: “Aparecimentos [*Erscheinungen*], na medida em que são pensados como objetos, segundo a unidade das categorias, chamam-se fenômenos [*Phaenomena*]”¹⁷.

Kant tem o cuidado mostrar que há algo a mais no fenômeno do que no aparecimento: já está presente naquele *uma relação aos conceitos do entendimento e à sua unidade*, o que este não possui. Aliás, não é por acaso que a primeira ocorrência do termo ‘*phänomenon*’ se dá justamente no último parágrafo do capítulo sobre o esquematismo, quando no decorrer da argumentação da *CRP* pela primeira vez se obtém a tão procurada *relação* entre representações intuitivas e discursivas, mediante os esquemas...

Podemos procurar no texto da *CRP* as diversas maneiras usadas para definir os aparecimentos e veremos que este critério de diferenciação entre aparecimentos e fenômenos está sempre presente. Esta regularidade na distinção destes termos é um forte indício de que Kant a tem em mente e a faz de forma voluntária.

Há três passagens que julgo particularmente oportunas para mostrar isto. Logo no começo da *Estética Transcendental*, Kant afirma: “O objeto indeterminado de uma intuição empírica denomina-se *aparecimento* [*Erscheinung*]”¹⁸. Aqui, a associação do aparecimento *apenas* às intuições empíricas (que pertencem à sensibilidade) e a caracterização do aparecimento como

¹⁵ É comum encontrar em textos em língua inglesa o termo ‘*appearance*’ como correspondente a ‘*Erscheinung*’. Apesar disto e da sua semelhança com nosso termo ‘aparência’, ‘*appearance*’ já apresenta principalmente os significados de ‘aparecimento’ e de ‘comparecimento’ (embora também de ‘aparência’), o que não ocorre com o termo em português.

¹⁶ Loparic utiliza o termo ‘aparecimento’ para traduzir o termo inglês ‘*appearance*’ e utiliza-o também indistintamente para os termos kantianos ‘*Erscheinung*’, ‘*Phaenomen*’ e ‘*Phaenomenon*’. Neste sentido, *apresenta a mesma indistinção* que critico nas traduções usuais, diferindo simplesmente no termo utilizado. Ao contrário, o que proponho é distinguir criteriosamente, como faz Kant, ‘*Erscheinung*’ de ‘*Phaenomenon*’.

¹⁷ *CRP* A248.

¹⁸ *CRP* A20/B34.

indeterminado (em relação às funções lógicas), têm o mesmo motivo: no aparecimento ainda não está presente a *relação* deste objeto aos conceitos do entendimento.

Desta forma, o aparecimento é representado como um composto de

1) *intuição empírica*: conjunto de sensações produzidas pela afecção do objeto em si sobre os sentidos e sintetizadas pela faculdade da imaginação (ainda na sensibilidade)

2) *intuição pura*: (espaço e tempo), que é a condição subjetiva *a priori* indispensável à sua ordenação (formas puras da sensibilidade).

A *matéria* da intuição empírica é denominada ‘sensação’, que juntamente com a *forma* da intuição pura, constituem o aparecimento. Assim, ele é o resultado de operações apenas da nossa sensibilidade:

“A isto, porém, se chega quando se reflete que os aparecimentos [*Erscheinungen*] não são coisas em si, mas o simples jogo [*Spiel*] das nossas representações que, em último termo, resultam das determinações do sentido interno”¹⁹.

Embora o contexto desta passagem acima esteja diretamente associado a demonstrar a indispensável relação do aparecimento ao sujeito e suas representações para contrapô-lo à coisa-em-si, nela está também evidente o fato de que os aparecimentos resultam apenas da nossa faculdade das intuições. Ou seja, embora o aparecimento já seja um produto complexo de operações da faculdade de conhecimento, ainda falta submetê-lo aos conceitos do entendimento para então construir o fenômeno, enquanto objeto *discursivamente determinado*.

Ora, no *Esquematismo Transcendental* Kant mostra que é justamente a multiplicidade *a priori* contida na intuição pura do tempo que torna possível a aplicação dos conceitos aos aparecimentos, já que o tempo é por um lado, homogêneo às categorias que também são *a priori* e, por outro, homogêneo ao *aparecimento*, que contém a multiplicidade. O tempo apresenta-se como o elemento necessário à articulação dos conceitos e aparecimentos, permitindo a subsunção destes àqueles:

“Os dois termos extremos, a sensibilidade e o entendimento, devem necessariamente articular-se graças a esta função transcendental da imaginação, pois de outra maneira ambos dariam, sem dúvida, *aparecimentos* [*Erscheinungen*], mas nenhum *objeto* [*keine Gegenstände*] de um conhecimento empírico e, portanto, *experiência* alguma”²⁰.

Assim, apenas quando os diversos dados da sensibilidade, sintetizados nos aparecimentos sob as restrições formais e puras da sensibilidade, são reportados aos conceitos (por meio do

¹⁹ CRP A101.

²⁰ CRP A124 [grifos meus].

esquematismo do entendimento puro), surge o fenômeno e com ele um “conhecimento em sentido próprio”²¹, ao que Kant denomina ‘experiência’.

A meu ver, a indistinção entre aparecimentos e fenômenos ofusca esta importante diferença conceitual intimamente ligada à prova da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*, tornando fundamental ter sempre em mente as condições que permitem discerni-los.

Para concluir, quero mostrar que ao contrário do que se poderia alegar Kant não abandonou a distinção entre aparecimento e fenômeno na segunda edição da *CRP*. Primeiro porque, das 37 ocorrências do termo ‘*phaenomenon*’ e suas variantes (*phänomenon*, *phaenomona*, *phaenomenis*, etc...) presentes na sua primeira edição, parte substancial (31 ocorrências) foram mantidas sem qualquer alteração²², apenas 6 foram suprimidas na segunda edição (A XI, A166, A248, A249, A251, A252), enquanto que uma ocorrência foi acrescentada (B 306). Além disso, em todos os casos em que tal ocorrência foi suprimida, isto se deve meramente a uma reformulação generalizada do texto, e não a uma deliberada alteração no sentido específico das expressões em questão: em A XI, o termo não é usado na acepção aqui discutida, mas simplesmente no sentido vulgar de fato ou acontecimento social. Em A166, a ocorrência suprimida no título é conservada na mesma acepção, logo a seguir, em A168/B209. De A248 a A252, as ocorrências foram suprimidas devido à reformulação de boa parte do capítulo III da *Analítica dos Princípios* (‘Fundamento da distinção de todos os objetos em geral em fenômenos e númenos’), sendo que o texto compreendido entre A248 e A253, foi substituído pelo compreendido entre B305 e B309. Neste caso, Kant faz (em B306) o único acréscimo da expressão ‘*Phaenomona*’, no qual pretende contrapor a noção de ‘entes dos sentidos’ [*Sinnenwesen*] à de ‘entes do entendimento’ [*Verstandeswesen*]. Cabe notar que estas expressões também são diferenciadas do que se entende por aparecimento [*Erscheinung*], como fica evidente no final do capítulo que trata da antinomia da razão pura (A562-3/B590-1), onde fenômeno e aparecimento são usados simultaneamente, como ocorre em toda a *CRP*, com distintos significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLISON, H. E. *Kant's Transcendental Idealism*. New Haven: Yale University Press, 1983.

_____. “Transcendental Schematism and The Problem of the Synthetic *A Priori*”, *Dialectica*, 35(1), 1984.

²¹ *CRP* A78/B103.

²² *CRP*: A146/B186 (5 vezes); A168/B209; A183/B227; A205/B250; A206/B251; A235/B294; A255/B311; A264/B320; A265/B320 (2 vezes); A269/B325; A272/B328; A273/B329; A277/B333; A407/B433; A434/B463; A442/B470; A461/B489; A545/B573 (2 vezes); A546/B574; A561/B589; A563/B591 (2 vezes); A581/B609; A774/B802 e A798/B826.

- CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- KANT, I. [1781] e [1787]. *Crítica da Razão Pura*. Trad. de Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
- _____. [1781] e [1787]. *Kritik der reinen Vernunft*. Hrsg. von Wilhelm Weischedel. - Sonderausg. Frankfurt am Main: Suhrkamp (STW), 1 und 2, Aufl., 1995.
- _____. [1787] *Crítica da Razão Pura*. Trad. de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. 3ed. São Paulo: Abril Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).
- _____. [1798]. *Antropologia en sentido pragmático*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- _____. [1800] *Lógica*. Manual dos cursos de lógica geral = *Logik, ein Handbuch zu Vorlesungen* / Immanuel Kant; tradução, apresentação e guia de leitura de Fausto Castilho. Uberlândia: EDUFU; Campinas: IFCH-UNICAMP, 1998. Texto bilíngüe.
- _____. [1800] *Lógica*. Tradução de Guido Antônio de Almeida a partir do texto original organizado por Gottlob Benjamin Jäsche. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- LOPARIC, Z. *A semântica transcendental de Kant*. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2ed., 2002. (Coleção CLE, v.29)
- PATON, H.J. *Kant's Metaphysic of Experience*. London: George Allen & Unwin Ltd; New York: The Humanities Press, 1965. V.2.
- PEREZ, D.O. 2001. "Dos problemas da metafísica à metafísica como problema: Uma aproximação ao problema do significado dos conceitos em Kant". In: Daniel O. Perez (org.). *Ensaio de filosofia moderna e contemporânea*. Cascavel: EDUNIOESTE, p. 81-137, 2001.
- PHILONENKO, A. *L'Oeuvre de Kant: la philosophie critique*. I / II. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1983.
- PIMENTA, O.C. 2003. *Elementos fundamentais da analítica transcendental de Kant*. Campinas: Departamento de Filosofia, IFCH-UNICAMP, 2003. (Dissertação de Mestrado)
- STRAWSON, P.F. *The Bounds of Sense. An Essay on Kant's Critique of Pure Reason*. London: Methuen & Co. Ltd., 1966. (Reprinted 1973).
- ROHDEN, V. "O criticismo kantiano". In: Antônio Rezende (org.). *Curso de Filosofia*, 7ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.